

Embate econômico a caminho das urnas

Queda-de-braço entre José Dirceu e Antonio Palocci divide o governo às vésperas de uma intensa campanha eleitoral

LUIZ QUEIROZ E EDNA SIMÃO

BRASÍLIA – No terreno econômico, o governo federal viveu uma semana de intenso conflito. A briga que se arrasta no Palácio do Planalto perfila em lados opostos os flexíveis e os ortodoxos. O grupo liderado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, não abre mão da austeridade fiscal. Os adversários, sob a tutela do chefe da Casa Civil, José Dirceu, preferem pisar no freio: defendem a queda dos juros e percentuais menos rígidos de contenção orçamentária. Em meio à queda-de-braço, o PT caminha para um período de intensa campanha eleitoral, com a árdua missão de ampliar seu leque de prefeituras.

O próximo capítulo da guerra ministerial tem data marcada: quarta-feira, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) anuncia a nova taxa básica de juros, atualmente em 16,5% ao ano. Se o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, decidir manter os juros neste patamar, como prevê o mercado financeiro, um novo bombardeio à equipe de Palocci será deflagrado pela corrente desenvolvimentista de Dirceu.

Um dos focos de tensão está nas metas ajustadas com o FMI para este ano. Com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Palocci e Meirelles perseguem inflação anual de 5,5% e superávit de 4,25% do Produto

Interno Bruto. Este grupo, considerado ortodoxo e monetarista, inclui os ministros Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento), Luiz Gushiken (Secretaria de Comunicação), Aldo Rebelo (Coordenação Política) e Roberto Rodrigues (Agricultura).

As metas rígidas impedem uma queda mais brusca dos juros, prejudicando a retomada da economia. É deste argumento que o grupo político ligado a José Dirceu tira proveito para torpedear Palocci. O grupo é reforçado pelos ministros

Ciro Gomes (Integração Nacional) e Jaques Wagner (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), com o apoio do presidente do BNDES, Carlos Lessa, e do presidente nacional do PT, José Genoino. A política que dá ênfase à estabilidade tem incomodado o PT. A contenção monetária e a austeridade fiscal em ano de eleição deixam a legenda sem capacidade de promover novos investimentos sociais, o que pode prejudicar o desempenho dos candidatos a prefeito, principalmente os que disputam a reeleição. O partido prevê a conquista de pelo menos 400 prefeituras e 5 mil cadeiras de vereador em todo o país. Rio, São Paulo e Recife são os três municípios onde o PT tem o maior interesse de manter ou hastear sua bandeira.

Por conta desse fator, após um encontro da cúpula em São Paulo, a legenda veio a público pedir imediata mudança na economia, mas teve de recuar sob pressão do Planalto. Por trás da manobra ficou evidente a presença de José Dirceu. Com o ataque a Palocci, o chefe da Casa Civil esperava desviar a atenção das denúncias contra o ex-assessor Waldomiro Diniz. A estratégia teve o apoio do presidente do PT, José Genoino, mas não vingou. Palocci tomou satisfações diretas com Genoino, que recuou.

O ministro da Fazenda fez o presidente Lula entender que a necessidade de fazer um superávit primário elevado agora evitará a trajetória explosiva da dívida pública, embora o preço seja dispor de menos recursos para investimentos.

A equipe econômica está consciente de que qualquer mudança agora pode causar grande prejuízo – como o aumento do risco-país – e, consequentemente, uma nova onda de desconfiança dos investidores estrangeiros.

– Não fizemos todo esse esforço em 2003 para jogá-lo fora no ano seguinte, de olho nas

eleições. Não vamos torrar dinheiro com as eleições – afirmou Palocci ao **JB**, em dezembro do ano passado.

De lá para cá, o ministro não mudou de posição e está pagando um preço político alto pela coerência com que vem guiando a economia. O processo de desgaste se consolida aos poucos, mas a confiança do presidente parece intacta. A possibilidade de mexer na economia agora foi descartada por Lula em discurso na primeira reunião do ano do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), na quinta-feira.

Recado dado, mas não assimilado. O PT é um dos candidatos a malhar Henrique Meirelles em praça pública na próxima semana, se o Banco Central não retomar sua política de re-

dução gradual dos juros, interrompida em janeiro, quando a inflação apresentou crescimento maior que o previsto pela área econômica.

Para completar o quadro, na semana que vem, 2.500 prefeitos e vereadores devem desembarcar em Brasília para cobrar liberação de recursos. Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, os prefeitos entendem que não há como aumentar mais a carga tributária e, neste caso, novas fontes de recursos são inexistentes. Querem que o governo libere aos municípios as parcelas de contribuições devidas.

Os prefeitos também deverão fechar questão no que diz respeito a uma revisão na política econômica.

PALOCCI
(à esquerda)
defende a
austeridade
fiscal e
Dirceu quer
juros mais
baixos

– Quando discuto a liberação de dinheiro do FGTS e existe um contingenciamento forçado por acordos do governo com o FMI, entendo que a área social do país acaba pagando um preço muito alto por essa estabilidade econômica. Se pelo menos 10% do dinheiro da área social fossem liberados no orçamento, isso já ajudaria a população brasileira – criticou Ziulkoski.

Como não consegue conter os radicais, esperançosos quanto à existência de um plano B para o PT cumprir as promessas de campanha, o governo paga o preço do fogo amigo. Para forçar uma mudança na política econômica, no início do ano, surgiu um boato de que o presidente do BC havia pedido demissão. A medida foi negada minutos depois, mas o estrago já estava feito. A cotação do dólar disparou e os negócios na Bolsa de Valores de São Paulo despencaram. Essa turbulência foi controlada, mas, se o “fogo-amigo” se prolongar, quem pagará a conta não será este ou aquele ministro, e sim a economia brasileira como um todo.

Leia mais sobre o embate econômico na página A26

